


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 26 de julho de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo. O referido é verdade. Nada mais. Eu, ,Cristiane Marques Gomes Treviso, Assistente Judiciário, digitei.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1003099-20.2018.8.26.0037 -  
Classe - Assunto **Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
Requerente: Edwin Montague Starr  
Requerido: Materiais para Construção Vale do Sol

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Heitor Luiz Ferreira do Amparo

Vistos.

EDWIN MONTAGUE STARR, qualificado nos autos, promove contra MATERIAIS PARA CONTRUÇÃO VALE DO SOL a presente ação ordinária alegando, em resumo, que adquiriu da requerida materiais de construção para entrega imediata; que efetuou o pagamento por meio de cartão de crédito; que a requerida não lhe entregou o material; que o contrato deve ser rescindido e a requerida condenada a devolver o valor pago. Pede o acolhimento da ação.

A requerida, regularmente citada, não contestou a ação (pág. 19).

É o relatório.

Não havendo necessidade de produção de outras provas, passo a decidir.

**1003099-20.2018.8.26.0037 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

Com efeito, a ausência de contestação por parte da requerida faz presumir como verdadeiros os fatos alegados pelo autor em seu pedido inicial (art. 344 C.P.C.).

O autor, por sua vez, instruiu o pedido adequadamente fazendo prova das suas alegações com os documentos de págs. 7/8.

Diante do exposto, julgo procedente a ação para declarar rescindido o contrato entre as partes celebrado e condenar a requerida na devolução dos valores pagos pelo autor, acrescido de juros de mora desde a citação, correção monetária do ajuizamento do pedido.

Arcará, ainda, a requerida com o pagamento das custas processuais, e honorários de advogado de dez por cento sobre o valor dado à causa.

Intime-se.

Araraquara, 26 de julho de 2018

Heitor Luiz Ferreira do Amparo  
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA